



PROVA

O edifício Roma, no qual Tício é proprietário da unidade autônoma número 210, alega que tal proprietário não pagou os débitos condominiais vencidos em junho de 2018, em fevereiro e março de 2019, e ainda no período de agosto a dezembro de 2020, pleiteando a condenação ao pagamento do valor de R\$ 7.809,34.

Tício sustenta que a inadimplência decorreu de sua situação de desempregado, o que configuraria a excludente de responsabilidade civil, além do excesso de cobrança (uma vez que foram adimplidas as faturas relativas ao “fundo de benfeitorias” no valor de R\$ 200,00).

Ressalte-se que Tício alegou que pagou contas de água, luz e telefone em tal período.

Tendo em conta os fatos narrados responda às indagações efetuadas a seguir:

- a) Quais os dispositivos legais favoráveis ao autor em sua pretensão?
- b) Quais os dispositivos legais que poderiam ser alegados pelo réu em sua defesa?